

O desafio ético da escrita e da pesquisa em Educação: considerações sobre compromisso com o conhecimento

José Humberto Rodrigues dos Anjos¹

 <https://orcid.org/0000-0003-1989-609X>

Vânia Maria de Oliveira Vieira²

 <https://orcid.org/0000-0001-9839-0235>

Resumo

O objetivo deste artigo foi discutir os desafios éticos da pesquisa em educação, tendo como ponto de partida a questão da escrita e da honestidade intelectual. A escrita científica deve ser criteriosamente pensada e minuciosamente articulada em relação à língua que se propõe comunicar, uma vez que, sem a organização lógica do pensamento, não há uma série de atributos para a construção da coesão e da coerência do texto. Embora seja premissa de maior importância, o rigor com o texto, seja em seus aspectos semânticos ou sintáticos, não é o único fator a ser considerado no momento da produção. Sobretudo na ciência, em que a difusão do conhecimento sempre precisa ser aliada ao componente ético, é preciso ter consciência para pensar a pesquisa como um momento de colaboração social, em que os dados devem ser tratados de forma séria e sem manipulações. Recorre-se, neste texto, aos pressupostos da pesquisa de cunho bibliográfico, baseando-se nos estudos de Antunes (2010), Brasileiro (2013), Koch (2003, 2008), Koch e Traváglia (2007), Nóvoa (2015), Serrano (2011), Severino (2015), dentre outros que discutem o universo da escrita científica e da ética na pesquisa.

Palavras-chave: Comunicação; Produção de texto; Ética; Pesquisa.

The ethical challenge of writing and research in Education: considerations on commitment to knowledge

Abstract

The aim of this article was to discuss the ethical challenges of research in education, starting with the issue of writing and intellectual honesty. Scientific writing must be carefully thought out, and thoroughly articulated in relation to the language it is proposed to communicate with, since, without the logical organization of thought, there are not many attributes for the construction of text cohesion and coherence. Although it is a premise of great importance, rigor with the text, whether in its semantic or synthetic aspects, is not the only factor to be considered at the time of production. Especially in science, where the dissemination of knowledge always needs to be linked to the ethical component, it is necessary to be conscious of thinking of research as a moment of social collaboration, in which data must be treated seriously and without manipulation. In this text, we resort to the assumptions of the bibliographical research, drawing from the studies of Antunes (2010), Brasileiro (2013), Koch (2003, 2008), Koch e Traváglia (2007), Nóvoa (2015), Serrano (2011), Severino (2015), among others that discuss the universe of scientific writing and ethics in research.

Keywords: Communication; Text production; Ethics; Research.

¹ Universidade Federal de Goiás, *campus* Goiás. josehumberto2@ufg.br.

² Universidade de Uberaba, Uberaba, vania.vieira@uniube.br.

Introdução: dos pontos de partida e da intencionalidade textual em questão

Pesquisar significa fazer ciência, contribuir com ideias contrastadas e demonstráveis para alargar as margens, sempre limitadas e ambivalentes, do conhecimento humano (SERRANO, 2011, p. 22).

A ciência é construída por muitos métodos e é difundida por muitos meios. Dito isso, se podemos imaginar um caminho unívoco, pelo qual as pesquisas, das quais hoje temos conhecimento, passaram, ele é o percurso da escrita. Tal característica pode ser justificada pelo fato de historicamente, como apontam Faraco e Tezza (1992), pertencermos a uma cultura grafocêntrica que, mesmo em face do crescimento da internet com as plataformas de som e imagem, ainda se baseia, em grande parte, no fator verbal.

Escrever exige, além da capacidade de organização do pensamento lógico, conhecimento das regras da língua bem como das articulações e significatividades que as palavras constituem dentro de um texto. É nesse processo ambivalente, de dificuldade e produção, que surgem dois grandes vilões da pesquisa científica: o copismo e a falta de clareza.

Na epígrafe desta introdução, Serrano (2011) nos convida a refletir sobre o que significa fazer ciência bem como qual a importância desse ato para o aprimoramento do conhecimento humano. Ao suscitar tais questões, o autor afirma que, além de alargar as margens do conhecimento, a pesquisa nos proporciona uma “[...] memória documental para analisar o passado [...]” e “[...] negociar nosso encontro irreversível com o futuro” (SERRANO, 2011, p. 22).

Certamente, o que Serrano (2011) preleciona é que a responsabilidade com a pesquisa não é um exercício raso, ou meramente de reprodução, mas uma atividade em que o *modus operandi* do pesquisador, ao analisar o passado, ou mesmo o presente, contribui para as configurações do futuro. Dessa maneira, todo ato de pesquisa, ou de produção, deve estar envolto a princípios éticos que resguardem os sujeitos da pesquisa e que tenham responsabilidade com a interpretação, a tabulação e a referência dos dados.

Não é raro ler notícias que nos dão conta de trabalhos sendo plagiados e de doutores

perdendo seus títulos após clonarem dados de pesquisas. A título de exemplo, podemos citar o da Reitora da Universidade de São Paulo (USP), que, em 2008, publicou um estudo sobre a *leishmaniose* com três figuras idênticas a outro publicado em 2003, e o da Universidade de Brasília (UnB), que caçou o título de doutora de uma professora de Roraima, que perdeu tanto o título quanto a remuneração, bem como responde por crime administrativo na Universidade Federal de Roraima (UFRR) por clonar dados de uma dissertação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Partindo do pressuposto defendido por Koch (2003), de que texto é um conjunto de palavras que expressam um significado, pensamos que, ao propor uma escrita acadêmica, o pesquisador precisa se atentar para a capacidade comunicativa do que produz. Portanto, um texto que não tem clareza, ou que não informa o que propôs, dificilmente alcançará seu objetivo.

Não podemos considerar como um bom texto uma miscelânea de palavras ou comentários fragmentados sobre dados. É preciso compreendermos que explorar o universo das palavras, a fim de produzir conhecimentos e significados, se torna característica basilar para a qualidade.

O exagero ao beletismo ou ao intelectualismo forçado não devem ser características levadas em conta para uma boa produção. Ao contrário do que muitos pensam, um bom texto é aquele que consegue conversar com os pares para os quais foi idealizado. Porém, destacamos que o simplismo e a redução vocabular são dois males que também devem ser evitados. Logo, depreendemos a ideia de que tanto o excesso quanto a escassez são fatores a serem considerados no momento da escrita. Nessa dinâmica, o texto, aliás, o bom texto precisa informar ser coeso e coerente, ter uma organização lógica e respeitar as normas éticas globais bem como dos pares a que cada indivíduo escolhe se vincular.

Nesse contexto, este artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, em que buscamos a reflexão a partir de estudos que tratam da escrita, dos pressupostos éticos da pesquisa e suas relações com o mundo da pesquisa em educação. Desse modo, discutiremos duas vertentes apresentadas: o bom texto, como mecanismo de comunicação, bem como a ética e a falta dela na construção da ciência e do conhecimento. Para isso, desenvolvemos as reflexões em três seções interdependentes, seguidas das considerações finais sobre o tema

abordado.

Ética: a pesquisa científica e a (des) honestidade intelectual

Considerando que a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural. Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; Considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante; Considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes (BRASIL, 2016, p. 44).

A epígrafe que abre esta discussão é parte introdutória da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, que dispõe as especificidades das pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais e que, por conseguinte, estabelece parâmetros éticos para que todos os partícipes de uma pesquisa tenham seus direitos resguardados (BRASIL, 2016).

No sentido mais amplo, a Resolução nº 510/2016 não representa apenas um avanço para as Ciências Humanas e Sociais, que, a partir dela, tiveram parâmetros próprios já que a Resolução anterior – Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013) – era mais voltada às Ciências da Saúde, mas é a tentativa da comunidade acadêmica nacional em fazer emergir no cenário de produção das pesquisas um instrumento para garantir que os preceitos éticos sejam mais detalhados. A base desse cuidado bem como de outras iniciativas em relação à produção de pesquisas tem o mesmo elemento motivador: a falta de ética e os sucessivos escândalos envolvendo cientistas das mais renomadas Instituições de Ensino Superior do país e do exterior.

Em 2009, a revista (*e*) *Science News* publicou a matéria intitulada *How many scientists fabricate and falsify research?* [Quantos cientistas fabricam e falsificam a pesquisa?], a qual trouxe à baila uma séria reflexão sobre “práticas questionáveis” de pesquisa (HOW MANY..., 2009). Na oportunidade, e em razão de recente pesquisa divulgada por Daniele Fanelli (2009), da Universidade de Edimburgo, a matéria, além de apresentar alguns dados, questionava sobre as “maçãs podres” no universo da ciência. Os dados chamaram a atenção da comunidade

acadêmica para uma questão que, antes daquele estudo, não havia sido tratada como objeto de pesquisa: o quão comum é a má conduta científica.

Dentre as inúmeras contribuições que o estudo apresentava, alguns dados particulares chamaram a atenção. Cerca de 2% dos cientistas que haviam sido entrevistados admitiram que pelo menos uma vez já tinham inventado ou falsificado dados para terem o resultado que esperavam de suas pesquisas. No entanto, o dado mais alarmante da pesquisa foi que 34% dos entrevistados admitiram ter usado práticas questionáveis em seus trabalhos.

O que se viu na pesquisa de 2009, e o que se vê na contemporaneidade, tem aspectos semelhantes e que vão em desencontro ao que o conhecimento filosófico chamou de honestidade intelectual. Para os filósofos, essa característica era primordial, não apenas para a produção da ciência, mas para a análise e transmissão de todo conhecimento já produzido.

Ter honestidade intelectual significava e ainda deve significar ter responsabilidade ética com o conhecimento, não falseando ou alterando dados. Pensando assim, tanto a produção quanto a transmissão do conhecimento deveriam se pautar no compromisso da informação dividida e na veracidade dos dados apresentados.

Uma das definições que mais nos chamam a atenção em relação à honestidade intelectual é a do filósofo alemão Ernst Tugendhat (2003, p. 94 *apud* WAGNER, 2012, p. 56), que, ao dissertar sobre o termo, advertiu que ele

[...] em um sentido amplo que devia representar a atitude de se orientar de maneira independente pelo que em cada caso é bom, em lugar de se deixar determinar pela moda ou pela aprovação. É correto que fundamentar algo como verdadeiro é um conceito normativo, mas as normas do fundamentar não se deixarem subsumir pelas do bem. Nosso sistema de opiniões – o assertório – é um âmbito normativo independente.

Dessa maneira, outro ponto que nos chama a atenção em relação à citação de Tugendhat (2003 *apud* WAGNER, 2012) é que o modismo científico/discursivo – problema também apontado por Zaia Brandão (2010) – vai em desencontro à honestidade intelectual. Portanto, a honestidade com o conhecimento seria aquela que parte da independência de escolha do pesquisador e não da influência de uma época ou de um campo.

No entanto, partindo do pressuposto da honestidade intelectual, sabendo que a

produção do conhecimento acadêmico está submetida a uma série de fatores que invariavelmente são definidos pelos pares que a produzem, podemos dizer que a ciência é promovida por um campo científico, que, em nossa visão, comunga com o primado de Pierre Bourdieu (1989), ao reconhecer, dentre outros aspectos, as lutas concorrenciais e o monopólio da autoridade científica de quem o compõe.

É muitas vezes para conquistar posição ou para mantê-la que alguns pesquisadores acabam adotando práticas questionáveis de produção de pesquisas. Com o intuito de acelerar a produção ou alimentar o *Currículo Lattes*, há “[...] um conflito entre exigências de legitimação ética de seu trabalho e as pressões do mundo” (SEVERINO, 2015, p. 778). Logo, o *campus* que seria o espaço para a produção de conhecimento acaba se reconfigurando em um gigantesco pregão (SEVCENKO, 2000, p. 2). Nesse sentido, Nóvoa (2015, p. 267) preleciona que

[...] estamos perante a indução de um produtivismo que conduz à banalização de práticas inaceitáveis, como o autoplágio, a autocitação ou o “fatiamento” de artigos. Há mesmo quem se orgulhe de ter publicado centenas e centenas de artigos ao longo da sua vida acadêmica. Será isso uma coroa de glória ou de demência? Cada dia se publica mais. Cada dia se lê menos. Há pressões cada vez maiores para impor uma cultura de produtivismo. Não podemos ser cúmplices dessa corrupção da ciência e das universidades que está a destruir a vida acadêmica. É tempo de dizer “não”.

É preciso dizer não, mas também é preciso que se analisem as condições de trabalho às quais são submetidos os professores pesquisadores no Brasil. Em agosto de 2014, conforme reportagem de Ramos (2015), Marilena Chaui, ao proferir uma Aula Magna na USP, afirmou que a Universidade da forma como se apresenta é uma fábrica para produzir teses e diplomas.

Em “Publicar ou morrer”, capítulo escrito pela professora Olinda Evangelista para o livro *Bússola do escrever desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações* (BIANCHETTI; MACHADO, 2002), é possível encontrar uma reflexão sobre “o imperativo da publicação” (EVANGELISTA, 2002, p. 297) e suas influências e pressões na vida do pesquisador, que, ao se ver circundado pelas exigências quantitativas, muitas vezes se entrega às práticas desonestas, afinal publica ou “morre”. Ao reconfigurar o bordão “publicar ou morrer”, Evangelista (2002) nos propõe pensar sobre sete outras possibilidades que nos parecem interessantes destacar.

A primeira seria “Morrer por publicar” (EVANGELISTA, 2002, p. 299), quando o pesquisador aceita “qualquer negócio” em troca da publicação de seus artigos e acaba se entregando à desonestidade intelectual. A segunda “Morrer para publicar” refere-se ao custeio para editar os artigos, o que muitas vezes consome uma parte satisfatória do salário. A terceira reconfiguração do bordão “Morrer se publicar” chama-nos a atenção para a multiplicidade de temas abordados por pesquisadores, que, muitas vezes, se aventuram por inúmeras áreas do conhecimento, não focando em suas potencialidades ou produzindo de forma rasa e com poucas contribuições.

Ao ser reconfigurado pela quarta vez, o bordão mudou para “Morrer se não publicar”, que é marcado principalmente pelo “ranqueamento” e pela posição que os pesquisadores ocupam em relação à quantidade de pesquisas que publicam. Na quinta reconfiguração, “Publicar apesar de morrer”, encontra-se a despersonalização do professor que assina trabalhos que não produz, que faz com que orientandos publiquem em seu nome e que vê essa acirrada corrida pela publicação acima de qualquer regra moral. Para a sexta reflexão, Evangelista (2002) nos convida a pensar no “Publicar para morrer”, que está ligado diretamente às práticas escusas de publicação bem como ao plágio, tema já discutido em nosso texto.

Por fim, a autora aponta-nos um caminho, o “*Publicar pero sin morir*”, ato praticado pelo professor, que, além das publicações, tem uma vida e que precisa considerá-la. Para Evangelista (2002), esse profissional tem o bom senso nas entranhas; logo, é um professor ético que respeita os alunos os quais orienta e que dimensiona “[...] seus escritos com a mente, o coração, o ele, o nós e os nós” (EVANGELISTA, 2002, p. 300).

Nesse sentido, fica claro que, em relação às discussões traçadas, é preciso pensar em dois fatores, que, embora estejam em evidência, ainda carecem de mais atenção: a proletarização do trabalho docente e o propósito da pesquisa em educação. No que tange ao segundo aspecto, Nóvoa (2015, p. 269-270) sugere três ideias para superar o panorama atual: “1. Em vez de ‘excelência’, precisamos de debate e cultura; 2. Em vez de ‘empreendedorismo’, precisamos de diversidade e convergência; 3. Em vez de ‘empregabilidade’, precisamos de plenitude e abertura [...]”. Nóvoa (2015, p. 271) crê que essas três ideias “[...] podem ser resumidas numa só – *liberdade*”. Sem as pressões de uma Universidade utilitarista, o pesquisador poderia fazer o que sua liberdade o permitisse, bem como teria suas práticas de pesquisas mediada por sua

consciência e não por fatores qualitativos e de “ranqueamento”.

Em síntese, comungamos desse primado, embora também compreendamos que a produção acadêmica é muito importante para a construção da ciência. É preciso deixar claro, portanto, que o que defendemos não é a redução das pesquisas realizadas na academia, mas a liberdade de o pesquisador promovê-las, além da ausência da pressão em publicar, publicar e publicar.

Julgamos que a pressão em ter um *lattes* com todos os campos preenchidos, ou em aparecer bem colocado nos *rankings* de produção, é um dos muitos fatores – mas não o único – que colaboram para três fatores em evidência no panorama da Universidade atual: a desonestidade intelectual, a falta de qualidade de alguns estudos e a proliferação do plágio.

É preciso que nós pesquisadores compreendamos, efetivamente e não apenas nos discursos, que a ética é a prática social mais pura que a ciência pode precisar, e que sem ela toda e qualquer produção acadêmica não passa de mais um dado para determinadas plataformas ou, até mesmo, de comercialização de um pseudoconhecimento e de práticas de autoengano.

“O texto e a construção dos sentidos”: um prólogo para início de conversa

Me ocorre frequentemente a ideia de que nós nos relacionamos com a linguagem assim como os peixes se relacionam com a água. Fora da água, o peixe não existe, toda a sua natureza, seu desenho, seu organismo, seu modo de ser estão indissociavelmente vinculados à água
(BAGNO, 2010, p. 11).

O subtítulo proposto foi apropriado da linguista brasileira Ingedore Grunfeld Villaça Koch, que, em 2003, ao publicar livro homônimo, nos convidou a pensar sobre o texto, as construções de sentido que derivam dele e os aspectos que o compõem. Na mesma dinâmica, Bagno (2010) revela que é pela linguagem que o homem constitui sentido e que ela é fundamental para a vida.

Dessa maneira, percebemos a linguagem como uma questão inata, inerente e indissociável ao homem. Ela está presente em tudo e se manifesta de muitas formas. Assim, cabe-nos salientar que compreendemos o texto como uma das muitas manifestações da linguagem e que, por conseguinte, é um todo preenchido por significatividades. Essa concepção

de texto é apenas uma entre tantas outras que circundam a linguística textual, pois tal vocábulo é bastante polissêmico. Nessa perspectiva, salientamos que nossa concepção para levantar tais discussões aproxima-se das definições propostas por Koch e Traváglia (2007) e Antunes (2010).

As autoras têm seus conceitos atravessados pela palavra “significado”, mesmo termo salientado por Bagno (2010) na epígrafe já comentada, e que nos parece constituir a espinha dorsal da definição de texto. Tanto Koch e Traváglia (2007) quanto Antunes (2010) concebem o texto como um conjunto de significados, produzido de forma intencional, e que revela uma comunicatividade. Para as autoras, o vocábulo “texto” deve ser compreendido como:

[...] uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão (KOCH; TRAVÁGLIA, 2007, p. 8).

Por mais que esteja fora dos padrões considerados cultos, eruditos ou edificantes, o que falamos ou escrevemos, em situações de comunicação, são sempre textos. [...] é a expressão de algum propósito comunicativo. Caracteriza-se, portanto, como uma atividade eminentemente funcional, no sentido de que a ele recorreremos com uma finalidade [...] (ANTUNES, 2010, p. 30-31).

São dessas duas visões que comungamos e pensamos como ponto de partida para as discussões que levantaremos a seguir, quando discutiremos sobre a linguagem acadêmico-científica.

Tecer a escrita: rigor, qualidade e pressupostos do bom texto científico

Não é de qualquer texto que nos propomos a falar. Partimos da ideia do texto acadêmico, aquele que por exigência e convenção do campo científico tem características e regras pré-determinadas, e que, por isso, precisam ser seguidas, não só para ter aceitação do campo, mas para colaborar na difusão e na sistematização do conhecimento.

Constituído essencialmente por uma linguagem dissertativa, técnico-científica e objetiva, devemos salientar que “[...] nada deve ficar implícito ou deixado à imaginação do leitor, pois o autor deverá persuadi-lo à custa de fatos e de dados” (BRASILEIRO, 2013, p. 5). São essas

características que fazem com que a eficácia e a exatidão sejam alcançadas.

Lakatos e Marconi (2010, p. 232) salientam que, além da capacidade técnica, cognoscitiva e racional, o texto científico deve primar pela “[...] exposição bem fundamentada do material coletado, estruturado, analisado e elaborado de forma objetiva, clara e precisa”. As autoras lembram ainda que a linguagem científica deve “ser a mais didática possível” e que ela requer rigor “[...] às regras gramaticais, evitando não só o vocabulário popular, vulgar, mas também o pomposo” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 232).

É por isso que muitas vezes escrever um texto científico é um desafio encontrado não apenas por pesquisadores iniciantes, mas por todos aqueles que se enveredam no universo da difusão do conhecimento. Para alguns, a dificuldade central está na organização do pensamento lógico, para outros, no entanto, o mais difícil é a originalidade ou a capacidade de autoria.

Contudo, os problemas que circundam a escrita científica não são apenas esses. Há uma série de entraves que frequentemente são pontuados nos manuais de metodologia ou são presenciados nas leituras com as quais nos deparamos. Nosso intuito, neste tópico, é discutir o que, em nossa visão, se configura como os erros mais comuns da escrita científica e que são características fundamentais para um bom texto. Portanto, abordaremos quatro questões: 1) a organização do pensamento lógico; 2) a coerência; 3) o uso da pessoa do discurso; e 4) a estrutura e o rigor textual.

Quando falamos sobre a organização do pensamento lógico, é preciso compreendermos que estamos nos referindo à lógica como um processo de encadeamento das ideias, de modo que os argumentos agrupados em ordem produzam sentido. Esse ponto está, por conseguinte, intimamente ligado à questão do raciocínio bem como à sua transposição para a materialidade, ou seja, o texto.

Guimarães (2006, p. 21), ao discutir sobre a articulação de elementos temáticos, nos adverte que “[...] do mesmo modo que a frase não é uma simples sequência de palavras, o texto não é uma simples sucessão de frases”. A autora considera, e nós também, que o texto é uma sequência concatenada, harmônica e interligada de sentidos, e que, por isso, precisa ser minuciosamente planejado.

Sempre que idealizamos um texto, o fazemos de forma desarticulada, pois, de início,

mesmo quando esboçamos um esquema, surgem inúmeras ideias que, por conseguinte, no momento da escrita, acabam sendo descartadas. Nesse sentido, o texto como expressão organizada passa por um processo crescente: ideias, palavras, frases, texto, significado. É a partir desse processo que as técnicas de argumentação vão ganhando sustentação e construindo os sentidos que o autor deseja. Para Koch (2008), a argumentação é o encadeamento lógico de teses e posicionamentos verdadeiros para o processo de produção do texto. Já, para Guimarães (2006, p. 22), as relações de sintonia estabelecidas pela lógica é que permitem “[...] captar o sentido do texto, e distinguir suas unidades constitutivas”.

Muitos textos pecam em relação à organização do pensamento lógico, pois acabam promovendo um movimento cíclico em que as ideias poderiam ser agrupadas, mas que, por falta de uma estruturação lógica, acabam caindo no comum erro das redundâncias, da contradição ou da superficialidade.

O texto que não é planejado comumente pode ser contraditório em seus argumentos, o que conseqüentemente gera no leitor mais atento desconfiança e incredibilidade. Portanto, quando colocamos a organização do pensamento lógico como ponto inicial de nossa conversa, reafirmamos que o texto é uma consequência da capacidade de raciocínio do pesquisador. Ele não deve “brotar” como uma prática psicográfica, ao contrário, deve ser um exercício que envolve uma tríade, que a nosso ver compõe o processo de construção de um bom texto: reflexão, escrita e releitura.

O segundo ponto que consideramos crucial para a qualidade do texto científico é a questão da coerência, componente geralmente ligado à coesão. Para Brasileiro (2013, p. 7, grifo nosso):

A coesão se refere à boa articulação entre as partes do texto, estando relacionada à sua organização tópica. A coerência refere-se à lógica, à consistência e à não contradição do dito. Está, portanto, vinculada à progressão na exposição das ideias, de modo a facilitar a interpretação de texto. *O objetivo inicial deve ser mantido ao longo do seu desenvolvimento [...].*

A citação de Brasileiro (2013) chama-nos a atenção para o fato de que tanto a coesão quanto a coerência são importantes, pois tornam o texto legível e conferem sentido a ele. São elas que promovem a progressão de ideias, oferecendo ao leitor uma compreensão daquilo que

foi tratado.

No grifo que propusemos na citação anterior, é importante pensarmos que a coerência entre o que inicialmente foi proposto e o que se desenvolve no decorrer do texto são pontos importantes e que não podem ser desconsiderados. Geralmente anunciado no resumo, o objetivo não pode ser um termo acessório ou apenas protocolar. Ao contrário, deve atuar como norte para a escrita, conferindo ao leitor que se propôs a ler respostas ou questões equânimes àquilo que foi proposto.

Outro problema comum nesse sentido é a dissonância entre o título do texto e o seu desenvolvimento. Na tentativa de chamar a atenção do leitor ou de deixar o texto menos técnico, alguns pesquisadores falam muito e não dizem nada. Títulos muito longos, com palavras prosaicas e que terminam por não traduzir a ideia central, são comuns, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais, em que comumente a tipologia poética engendra-se, erroneamente, à dissertativa.

Assim, a coerência não pode ser vista apenas como um aspecto para se chegar à coesão, ou mesmo para estabelecer vínculo com a norma padrão. É ela a responsável pelo sentido do texto, devendo “[...] ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto” (KOCH; TRAVÁGLIA, 2007, p. 21). Podemos dizer, portanto, que a ausência de coerência afeta diretamente a capacidade de interpretação do leitor.

Para Koch e Traváglia (2007, p. 31), “[...] textos sem continuidade são considerados como incoerentes”; dessa maneira, além de promover o sentido e colaborar com a interpretação, a coerência é fundamental para a continuidade do texto bem como para que uma sequência linguística seja instaurada, estabelecendo relação entre as partes do texto.

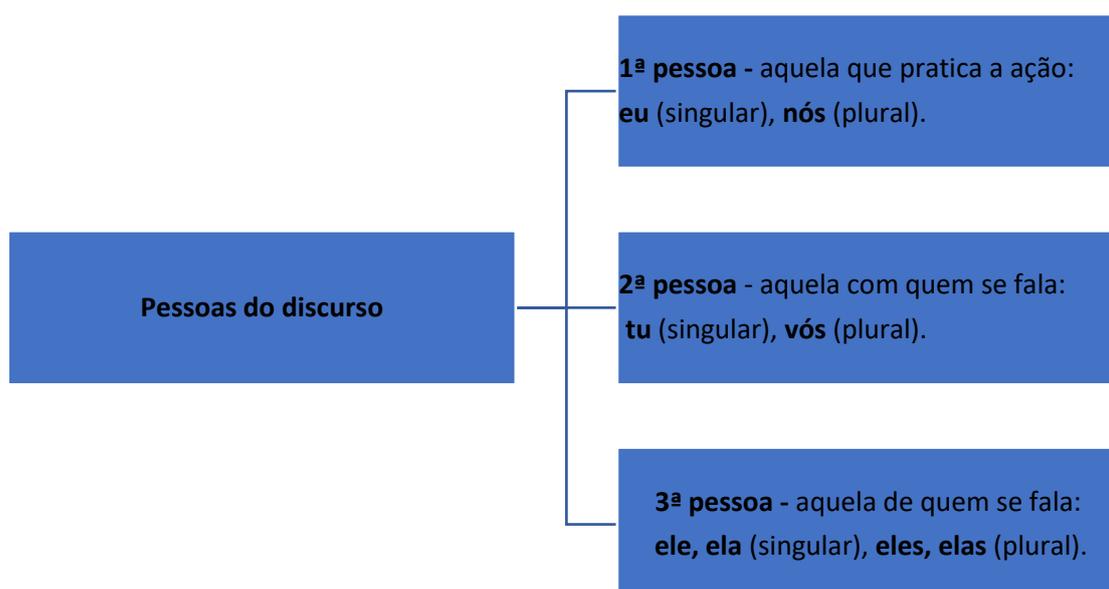
A questão da coerência ou da falta dela é muito frequente, sendo possível ouvir cotidianamente que um texto ou uma pessoa é incoerente. Isso ocorre por inúmeros fatores, dentre eles os mais comuns são: a extensão do período, a mescla de ideias ou a fuga ao tema. Dessa maneira, acreditamos que a coerência não é apenas uma questão verbal, mas ideológica.

Se considerarmos as características já levantadas para o bom texto científico, acreditaremos mais ainda na ideia de que se falta coerência, falta tudo. Quando ouvimos a expressão “isso é incoerente”, certamente associamos ao fato de que está errado, ou que não tem credibilidade, logo não pode ser científico. Assim sendo, a espinha dorsal da pesquisa deve

ser o elemento da coerência, pois é a partir dela que o pesquisador se comunica, o leitor compreende, e os aspectos de clareza, legibilidade e verdade são traduzidos.

O terceiro ponto que versa sobre a pessoa do discurso, que diz respeito àquele ou àquela que se manifestará verbalmente no texto, tem dividido opiniões. Antes de apresentarmos tais discussões, é preciso compreendermos o que mostra a Figura 1.

Figura 1 – Esquema Pessoas do discurso



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Mesquita (2009, p. 261).

Esse esquema demonstra-nos de forma didática as pessoas do discurso, ou pessoas gramaticais. Uma das grandes discordâncias em relação à forma de escrever o texto científico deriva daí. Para Brasileiro (2013, p. 5), enquanto “[...] alguns defendem o uso da terceira pessoa como recurso de neutralidade”, outros preferem a primeira pessoa, pois tal escolha conferiria uma participação maior do pesquisador no texto, dando “[...] maior credibilidade à pesquisa, especialmente, no caso das pesquisas qualitativas”. Lakatos e Marconi (2010, p. 233) são mais tradicionais e defendem a ideia de que, “[...] se uma das finalidades é a objetividade, o trabalho científico deve ter caráter impessoal”.

Até pouco tempo, pesquisadores aliados ao discurso de terceira pessoa eram maioria, e qualquer forma de fuga a esse padrão descredibilizava o texto. No entanto, recentemente, sobretudo após o advento da Pesquisa Narrativa, um número grande de pesquisadores tem

defendido o uso da primeira pessoa; assim, os trabalhos produzidos a partir dessa perspectiva tem ganhado cada dia mais espaço na academia.

Fato é que as duas formas de produção do discurso científico têm tido aceitação no universo acadêmico. Entretanto, é preciso compreendermos que o pesquisador precisa escolher uma delas para estabelecer seu diálogo, pois uma vez que há a mistura de pessoas do discurso, a coerência e a coesão podem ser afetadas.

Para nossa discussão, primamos pelo uso da primeira pessoa do plural (nós). Tal escolha não é uma tentativa de defesa dessa forma de discurso, mas uma questão de estilo, fator primordial para quem se aventura a escrever e que confere traços bem próprios aos textos de cada pesquisador. Dessarte, a questão da escolha entre a produção em primeira ou terceira pessoa é, antes de tudo, uma questão de estilo e de maturidade discursiva e textual.

O quarto ponto, estrutura e rigor textual, é muito importante e, de modo indireto, está ligado ao primeiro. No entanto, decidimos discuti-lo separadamente, pois cremos que esse tem sido um problema recorrente e muito discutido por metodólogos e professores de língua portuguesa.

Todo texto, independentemente do gênero ao qual pertença, tem uma estrutura a ser seguida e características próprias que o demarcam. No ambiente acadêmico, as tipologias mais comuns são: a monografia, o artigo, a dissertação e a tese, sendo todos esses predominantemente do gênero dissertativo. Com estruturas diferentes e muito ligadas à questão do estilo pessoal de cada pesquisador, cada uma dessas tipologias é normatizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), podendo ter alteração de Universidade para Universidade, ou mesmo de um Curso para o outro. No entanto, uma questão atravessa todas as tipologias de forma comum: a língua portuguesa e a estruturação do texto.

Serrano (2011, p. 128), ao escrever sobre homogeneidade, ortografia e estilo, afirmou que “[...] é preciso evitar um mau uso do idioma [...]” e que “[...] uma redação pouco precisa estimula a confusão” por parte do leitor. Em relação ao uso da língua portuguesa, o autor afirma ainda que “[...] um uso inadequado e cheio de anomalias na linguagem afeta diretamente a qualidade e a credibilidade” de quem o produziu.

De fato, quando falamos de rigor científico, também falamos de rigor gramatical, afinal o código linguístico pelo qual os métodos, os resultados e as discussões serão difusos é a própria

língua portuguesa. Saber as técnicas adequadas e, sobretudo, respeitá-las é, conseqüentemente, de suma importância.

Filgueiras (2010) reconhece que a produção científica nacional cresceu qualitativa e quantitativamente nos últimos anos; no entanto, o autor aponta para um fato preocupante, pois afirma que “[...] o pesquisador brasileiro não tem o hábito de consultar gramáticas, muito menos de procurar boas fontes de referência sobre regência verbal e nominal” (FILGUEIRAS, 2010, p. 525).

Além da preocupação gramatical, outra questão que merece atenção é a estruturação textual, sobretudo da paragrafação. Em relação ao que concebemos como bom texto, aconselhamos que os parágrafos não sejam nem extensos, nem curtos demais. No primeiro caso, as informações ficam cansativas e podem perder-se caso uma excelente pontuação não seja usada. Já no segundo, a falta de informações pode gerar superficialidade, ou mesmo descontinuidade.

É bom lembrar, que quanto mais períodos um parágrafo tiver, mais chances de ser confuso ele tem. Portanto, o adequado seria primar por parágrafos claros, que tenham entre três e quatro períodos.

Outro problema que conseguimos visualizar com frequência é a descontinuidade ou fragmentação que o mau uso das citações provoca. Reconhecida como artifício necessário para a construção da autoridade acadêmica, as citações têm sido utilizadas de forma errônea, e, em muitos casos, temos a impressão de que são usadas apenas para cumprir com a exigência de extensão do texto, e não como suporte argumentativo, como *a priori* deveriam ser.

O processo de citação do discurso alheio, sobretudo no texto científico, deve acontecer para dar sustentação aos argumentos do pesquisador. É, portanto, um momento delicado, em que devem ser alinhados – para discordância ou não – os pensamentos de ambos. Dessa maneira, o parágrafo que antecede e mesmo o que sucede a citação precisa, de alguma forma, fazer referência à ideia núcleo proposta por ela. Assim sendo, podemos pensar no seguinte esquema: a) parágrafo sobre um assunto x; b) Citação sobre o assunto x; e c) comentário sobre o assunto x.

Para não pecar à regra comentada, após falarmos sobre o processo de citação, recorreremos às palavras de Compagnon (2007, p. 38) que nos promovem uma reflexão técnica,

mas de forma poética sobre a temática ora discutida:

A citação é um corpo estranho em meu texto, porque ela não me pertence, porque me aproprio dela. Também a sua assimilação, assim como o enxerto de um órgão, comporta um risco de rejeição contra o qual preciso me prevenir e cuja superação é motivo de júbilo. O enxerto pega, a operação é um sucesso: conheço a alegria do artesão consciencioso ao se separar de um produto acabado que não traz o traço de seu trabalho, de suas intervenções empíricas. Embora com um compromisso diferente, é o mesmo prazer do cirurgião ao inscrever seu saber e sua técnica no corpo do paciente: seu talento é apreciado segundo a exatidão de seu trabalho, beleza da cicatriz com que assina e autentica sua obra. A citação é uma cirurgia estética em que sou ao mesmo tempo o esteta, o cirurgião e o paciente: pinço trechos escolhidos que serão ornamentos, no sentido forte que a antiga retórica e a arquitetura dão a essa palavra, enxerto-os no corpo de meu texto (como as papeletas de Proust). A armação deve desaparecer sob o produto final, e a própria cicatriz (as aspas) será um adorno a mais.

É preciso aprendermos a trabalhar com as citações, e tal necessidade se instala por dois grandes motivos: 1) ela não pode ser vista como artifício para preencher as páginas de um texto; e 2) seu mau uso pode configurar apropriação inadequada do discurso alheio, e, por conseguinte, o plágio.

Considerações finais

O que discutimos neste texto é apenas parte de uma questão muito maior. As relações entre ética e produção do conhecimento ainda precisam ser melhor investigadas, pois, ao passo que crescemos em quantidade de pesquisas produzidas, também precisamos avançar e pensar na qualidade.

No labirinto da escrita científica, muitos são os desafios encontrados, e, embora tenhamos crescido, ainda carecemos de pensar os processos que a envolvem. Os pontos que levantamos no decorrer deste texto são apenas alguns dos muitos e inquietantes aspectos que precisamos investigar para chegarmos a um *qualis* que não vise apenas “ranqueamento”, mas de fato a um projeto de qualidade.

Para esse projeto, sobretudo em relação aos pontos aqui abordados, pensamos em uma

tríade composta por: ética, liberdade de produção e rigor com o texto produzido. Tais pontos, além de fundamentais, se configuram como uma proposta de amadurecimento da pesquisa científica brasileira.

Para isso, ainda precisamos romper com muitas barreiras, sendo uma delas a própria forma como a produção da pesquisa é vista dentro das universidades. Assim, e somente após a adoção de uma nova postura, poderemos conceber uma pesquisa honesta e intelectualmente produzida.

É notório que alguns pesquisadores brasileiros têm começado a trilhar esse caminho e a problematizar a pesquisa e a produção do conhecimento na universidade. No entanto, novas adesões são necessárias a fim de dissipar com as velhas, resistentes e, muitas vezes, duvidosas práticas de se fazer pesquisa.

Albuquerque (2009, p. 292), ao escrever sobre a qualidade das publicações científicas, nos apontou duas grandes pobreza: a qualidade e a apresentação da ciência. Objetivamente, vemos que os pontos mencionados estão ganhando espaço nas discussões acadêmicas, bem como suscitado trabalhos no mercado editorial, que tem lançado inúmeros manuais com foco na produção e na apresentação.

No entanto, o trabalho mais eficiente, em nossa visão, sempre será aquele promovido durante a formação inicial do pesquisador. Para isso, é necessário que haja orientação adequada, observação honesta e ensino acompanhado, sobretudo em tempo de Iniciação Científica, em que os primeiros passos para uma pesquisa são dados, mas muitas vezes sem o devido acompanhamento.

Por fim, diante de todas as questões que desenvolvemos, gostaríamos de ponderar duas reflexões. A primeira, dividimos em sete pontos injuntivos e afirmativos, já a segunda, pelo grau de sua complexidade, preferimos recorrer a uma citação.

A primeira é em relação à apresentação e à produção do texto científico:

1. É preciso ter coerência entre o que se propõe e que se consegue fazer.
2. É preciso ter coerência entre o que se propõe e o que se faz.
3. É preciso ter rigor com o que se produz.
4. Duas ou mais leituras sempre fazem o texto melhor.
5. Ter tempo para produzir é o melhor rigor.

6. A qualidade do que se escreve está aliada à qualidade do que se estuda.

7. Planejamento textual é sinônimo de sucesso.

Já a segunda, trata-se da honestidade intelectual e da ética com a pesquisa. Concordamos com o primado de Serrano (2011), sobretudo em relação à justiça e à responsabilidade de cada pesquisador com os dados que coleta e com as pesquisas que produz. Não podemos concordar com a visão utilitarista, que reduz a ciência a dados para compor relatórios, ou mesmo como um quesito que distancia e ranqueia pesquisadores. Para isso, o caminho nos parece ser apenas um: o da maturidade científica, em que o pesquisador compreenda que é preciso “*publicar pero sin morir*”.

Referências

ALBUQUERQUE, U. P. de. A qualidade das publicações científicas: considerações de um Editor de Área ao final do mandato. *Acta Botanica Brasilica*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 292-296, mar. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062009000100031>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abb/v23n1/v23n1a31.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

ANTUNES, I. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BAGNO, M. Prefácio. In: ANTUNES, I. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 11.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1989. p. 122-155.

BRANDÃO, Z. Indagação e convicção: fronteiras entre a ciência e a ideologia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 849-856, set./dez. 2010.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 112, p. 59-62, 13 jun. 2013.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 98, seção 1, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASILEIRO, A. M. M. *Manual de produção de textos acadêmicos e científicos*. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPAGNON, A. *O trabalho da citação*. Tradução: Cleonice Mourão. 1. reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

EVANGELISTA, O. Publicar ou morrer. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002. p. 297-300.

FANELLI, D. How many scientists fabricate and falsify research? A systematic review and meta-analysis of survey data. *Plos One*, [s. l.], v. 4, n. 5, p. 1-11, 29 maio 2009. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0005738>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0005738>. Acesso em: 12 out. 2023.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. *Prática de texto para estudantes universitários*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

FILGUEIRAS, T. S. Correção gramatical e clareza afetam a qualidade do texto científico?. *Revista Brasileira de Botânica*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 525-527, set. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-84042010000300015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbb/a/TNhzx4BLjMJFSWTmhnwN6ts/>. Acesso em: 12 out. 2023.

GUIMARÃES, E. *A articulação do texto*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.

HOW MANY scientists fabricate and falsify research?. (e) *Science News*, [s. l.], 29 maio 2009. Disponível em: <http://esciencenews.com/articles/2009/05/28/how.many.scientists.fabricate.and.falsify.research>. Acesso em: 4 ago. 2023.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. V. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; TRAVÁGLIA, L. Carlos. *A coerência textual*. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MESQUITA, R. M. *Gramática da Língua Portuguesa*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NÓVOA, A. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em educação?. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 263-272, jan./mar. 2015. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015400100301>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/bLFvYD3DRmFj9jQFRcKKxNg/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Alargar%20o%20espectro%20das%20nossas,que%20serve%20a%20pesquisa%20educacional>.
Acesso em: 7 ago. 2023.

RAMOS, R. “É um crime o currículo Lattes”, diz Marilena Chauí. *Ensino Médio em diálogo*, [s. l.], 13 abr. 2015. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/content/e-um-crime-o-curriculo-lattes-diz-marilena-chaui>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SERRANO, F. P. *Pesquisar a tese, um desafio no labirinto*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SEVCENKO, N. O professor como corretor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 jun. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0406200004.htm>. Acesso em: 12 out. 2023.

SEVERINO, A. J. Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 776-792, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143355>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8J9Kj6SKNdjX55SrMLj7YNS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

WAGNER, R. F. Tugendhat e a noção de honestidade intelectual. *Intuitio*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 53-61, 1 nov. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/viewFile/12648/8469>. Acesso em: 2 set. 2023.

Recebido em abril 2023.

Aprovado em setembro 2023.